

LITERATURA E CRÍTICA CULTURAL: UMA EXPERIÊNCIA COM OS CÂNTICOS DO MMTR NO CURSO DE LETRAS

Sandra Freitas de Carvalho Cruz¹
Jailma dos Santos Pedreira Moreira²

Resumo: Trata-se de uma reflexão sobre a experiência desenvolvida com cânticos produzidos por mulheres do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), de Inhambupe-BA, no componente curricular *Cânones e Contextos da Literatura Brasileira*, do curso de Letras da Universidade do Estado da Bahia. Tal reflexão tem como objetivo observar os saldos dessa experiência, principalmente no que diz respeito ao cânone literário, ao ensino de literatura sob a perspectiva da crítica cultural e feminista. Como metodologia para o curso, nos utilizamos de estudos de textos, debates, rodas de conversas, leituras dos cânticos, palestras e performances, com a finalidade de mostrar como os discursos são construídos, inclusive o que fixa o cânone literário, apontando as relações de poder, as interdições que são feitas: das mulheres, do cotidiano, da vida, de produções culturais discursivas como os cânticos das trabalhadoras, que foram debatidos em sala. Assim, fragmentos, cenas desse curso foram retomados nesse texto reflexivo, que, tanto nessas páginas como nas aulas, contou com amparo teórico de autoras e autores como: Roberto Reis, Jonathan Culler, Michel Foucault, Lupinacci Muzart, Rita Terezinha Schmidt, entre outros. Dessa forma, concluímos que a perspectiva da crítica cultural e ainda feminista, no trabalho com a literatura, amplia as perspectivas sobre o literário, favorecendo a produção do conhecimento, inclusive de si e do mundo, tão próximo e tão distante. Com isso, a interdição discursiva, a exclusão da vida foram postas em xeque por uma pedagogia que desnaturaliza verdades, expõe a poética subjetiva, via linguagem, promovendo a criticidade, como fazem os cânticos trabalhados em sala, que convidam o leitor/ouvinte, a participar da cena, a se perceber sujeito de direitos, a reficcionalizar a si e ao mundo.

Palavras-Chave: Literatura. Cânticos de trabalhadoras. Crítica cultural feminista. Sala de aula.

¹ Mestra em crítica Cultural pelo Programa de pós-graduação em Crítica Cultural da UNEB-Campus II. Integrante do grupo de pesquisa Língua(gem) e Crítica Cultural. Email: sanuneb@hotmail.com.

² Professora Dra. do curso de Letras e do Programa de pós-graduação em Crítica Cultural da UNEB-Campus II. Integrante do grupo de pesquisa Língua(gem) e Crítica Cultural Email: jailmapedreira@uol.com.br.

LITERATURE AND CULTURAL CRITICISM: AN EXPERIENCE WITH THE SONGS OF THE MMTR IN THE COURSE OF LETTERS

Abstract: It is a reflection on the experience developed with songs produced by women of the Movement of Women Rural Workers (MMTR), from Inhambupe-BA, in the curricular component Canons and Contexts of Brazilian Literature, of the course of Letters of the University of the State of Bahia. Such reflection aims to observe the balances of this experience, mainly with regard to the literary canon, to the teaching of literature from the perspective of cultural and feminist criticism. As a methodology for the course, we used text studies, debates, conversation circles, readings of songs, lectures and performances, with the purpose of showing how the speeches are constructed, including what fixes the literary canon, pointing out the relations of power, the interdictions that are made: of women, of the daily life, of life, of discursive cultural productions such as the songs of the workers, which were discussed in class. Thus, fragments, scenes from that course were taken up in this reflective text, which, both in these pages and in the classes, had theoretical support from authors and authors such as: Roberto Reis, Jonathan Culler, Michel Foucault, Lupinacci Muzart, Rita Terezinha Schmidt, among others. Thus, we conclude that the perspective of cultural criticism and still feminist, in the work with literature, expands the perspectives on the literary, favoring the production of knowledge, including oneself and the world, so close and so distant. With that, the discursive interdiction, the exclusion of life were put in check by a pedagogy that denaturalizes truths, exposes the subjective poetics, through language, promoting criticality, as do the songs worked in the room, which invite the reader / listener, to participate in the scene, to perceive oneself as a subject of rights, to refocus on oneself and the world.

Keywords: Literature. Chants of female workers. Feminist cultural criticism. Classroom.

Iniciando a reflexão

Durante algum tempo, para alguns, trazer a perspectiva dos estudos culturais junto à literatura significaria acabar com a literatura. Isso rendeu vários debates, alguns mais conhecidos, como encenam Wander Miranda (1998) e Leyla Moisés (1996) em seus textos. Moisés estaria preocupada com o fim da crítica literária, poderíamos dizer, com o fim da literatura, enquanto Miranda reforçaria que o que estaria em jogo com a chegada dos Estudos culturais não seria o fim da literatura e sim o fim ou abalo de uma classe hegemônica, que se

colocou como única detentora do saber, predefinindo o que seria literatura, o gosto literário. O abalo, portanto, seria contra um único lugar de enunciação, que se naturalizou como verdade única, apagando, em efeito dominó, outras possibilidades, por exemplo, de literatura, de se trabalhar com o literário, de ser mulher.

Jonathan Culler (1999) retoma essa contenda ou receio para com o fim da literatura, trazendo para sua discussão textual o que estaria mudando no campo literário, as outras questões que estariam sendo alvo de interesse dos pesquisadores que se voltavam para assuntos e sujeitos até então não considerados nesse campo. Após fazer uma digressão, retomando uma genealogia dos estudos culturais, seu traço barthesiano ou estruturalista francês, assim como seus princípios marxistas britânicos, buscando revelar a cultura dos operários, bem como a cultura de massa que se impunha sobre os mesmos, enfatiza a agência, a representação, o sentido e a identidade, como palavras-chave desses estudos culturais que se disseminaram.

No Brasil, o crítico literário Silviano Santiago (2005), faz um pequeno mapa do contexto de chegada desses estudos por aqui, sinalizando também o interesse, nas teses dos pesquisadores, por outros objetos, temas, sujeitos, que geralmente não eram tratados na academia. Demarca, portanto, o fim da década de 1970 e início da seguinte, época de democratização no Brasil, como espaço-tempo em que emergem, entre nós, tais estudos. Para o crítico, dessa forma, o que estaria havendo seria uma abertura para se levar em conta uma outra noção de arte, mais ligada à cultura, considerando inclusive sua vertente antropológica. Os relatos do cotidiano, as letras de rap, os poemas marginais ganham a cena, assim como o samba do malandro recebe atenção para se pensar a relação entre centro e periferia, entre os outros e nós, invertendo, estrategicamente, um parâmetro. Como sinalizado, a arte desce do pedestal e se entrelaça à cultura do nosso dia a dia.

Nesse sentido, seguindo essas inquietações, muitas pesquisas entre nós aderiram a estes novos estudos, novas abordagens, outros objetos³,

³ Além do texto citado, de Silviano Santiago (2005), o qual mapeia, como dito, estas outras pesquisas, com outros enfoques e objetos, sendo feitas no Brasil, o próprio programa de Pós-graduação em Crítica Cultural, na área de Letras, é um exemplo da efetivação dessas novas abordagens, pois, enfocando a perspectiva da

ampliando o campo fechado sob uma única perspectiva. Os estudos feministas que já questionavam as relações no cotidiano, o pessoal como algo que deveria ser politizado, pondo em questão um sujeito universal e iluminista, encontra-se com tais estudos, como nos diz Margareth Rago (2019), num movimento de retroalimentação, que vai reforçar uma crítica cultural feminista, a desnaturalizar verdades construídas e essencializadas sobre o sujeito feminino. O movimento é mesmo de abertura para se ouvir outras vozes, inclusive no campo feminista, literário, como nos convida Luíza Barrios (1995), já pluralizando o movimento, a revisitar nossos feminismos.

São as vozes-mulheres, diria Conceição Evaristo (2019) em poema, com tal título, que podem funcionar como instrumento teórico, ferramenta, como sinaliza Foucault (2006) alertando-nos sobre a microfísica de poder, para desvelar as condições de produção discursiva, outros sujeitos de enunciação, mulheres, negras, pobres, com suas narrativas engasgadas, sufocadas, sem direito a escrever, ler, existir nesse mundo patriarcal, racista e capitalista. É um movimento, portanto, que põe na cena as relações de poder, relações entre saber e poder. E, nessa esfera, põe em questão uma academia, um campo científico, questionando, na esteira de Grada Kilomba (2019), o lugar que é destinado a outros sujeitos, percebidos como sem fala, sem cultura, sem literatura, no âmbito científico.

Foi considerando esse contexto delineado, que levamos para o componente curricular *Cânones e Contextos da Literatura Brasileira*, a literatura oral produzida por mulheres trabalhadoras rurais do interior da Bahia, mais precisamente os cânticos do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) de Inhambupe- BA. Marcas dessa experiência serão relatadas, tematizadas no decorrer do texto, com o objetivo de partilhar e refletir sobre esta, de ampliar o campo dos estudos literários para além do texto escrito, desconstruindo uma perspectiva patriarcal, provocando professores e pesquisadores a refletirem sobre a potência da literatura oral e feminina, a significância de um trabalho envolvendo literatura e crítica cultural, na sala de aula.

crítica cultural, tem possibilitado pesquisas sobre produções culturais de mulheres, tanto da cidade como do campo, (como artesanato, cantorias, gêneros alimentícios etc.), produções culturais de pessoas em situação de rua, de quilombolas, de indígenas etc.

Nesse sentido, buscando destacar os saldos dessa experiência, a reflexão sobre o cânone literário, o ensino de literatura sob a perspectiva da crítica cultural, com seu ângulo feminista, retomaremos textos discutidos em sala, assim como cenas, discursos, fragmentos deste trabalho desenvolvido junto a uma turma, do curso de Letras, da UNEB, em componente curricular já citado. Este curso, ministrado para uma turma composta somente de mulheres, foi desenvolvido, como sinalizamos, através de uma perspectiva crítica cultural feminista, que foi fundamental na elaboração de atividades que ajudaram a construir o processo de criticidade.

Dessa forma, essa base teórica, também disseminada nesse texto, nos levou a alguns procedimentos metodológicos, como, primeiro, uma pedagogia do questionamento, da desnaturalização discursiva, através de leituras, debates e performances, desvelando as relações entre saber e poder, as interdições, por exemplo, de mulheres e de seu texto-vida. Com isso, como segundo ponto, destacamos uma reflexão sobre como o cânone literário foi construído e como as produções literárias femininas, mais especificamente as poéticas orais de autoria feminina, foram excluídas, inclusive do cânone da literatura oral. E, um terceiro procedimento a destacar, criado como contraponto dessa exclusão, foi a inserção nas aulas de cânticos de trabalhadoras rurais, de sua textualidade, acompanhados de uma reflexão sobre o cotidiano feminino, inclusive local, das estudantes, de mulheres rurais, através de rodas de conversas e palestras com mulheres de movimentos sociais diversos, entre eles o MMTR. Tudo isso permeado pelos cânticos de mulheres trabalhadoras rurais, integrantes desse Movimento, que foram selecionados de livro, impresso-publicado artesanalmente,⁴ e partilhados com as estudantes, que fizeram leituras, assistiram a vídeos e performances e foram levadas a refletir sobre a produção subjetiva via linguagem, enfim sobre a participação, de cada uma, nessa produção de conhecimento do literário, da poética

⁴ Estes cantos integram o seguinte livreto produzido pelas mulheres trabalhadoras: MOVIMENTO DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS (MMTR) – Sem medo de ser feliz: *Livreto de canto do Movimento*. Inhambupe-Ba, 2003. Como dissemos, deste livro, impresso artesanalmente, selecionamos alguns cânticos para se trabalhar em sala de aula, buscando trazer para a cena a produção poética e política dessas mulheres. Assim, os cânticos que demarcavam suas lutas, suas demandas no cotidiano, enfim, sua política prático-discursiva, apontando para a desconstrução do feminino, foram privilegiados. Destes cânticos trabalhados em sala, selecionamos fragmentos de alguns para a feitura deste artigo.

feminina, de trabalhadoras rurais, logo de si e do mundo. É sobre essa experiência que iremos tratar a seguir.

O canto do MMTR e a interdição de textos-vidas

A realidade social não é visível a olho nu, o que significa que o mundo social não é transparente aos nossos olhos. Afinal, não são apenas os músculos dos olhos que nos permitem ver, existem ideias dominantes, compartilhadas e repartidas por quase todos, que, na verdade, “selecionam” e “distorcem” o que os olhos veem, e “escondem” o que não deve ser visto (SOUZA, 2015, p. 9).

Começamos esse tópico com o início do primeiro texto lido e discutido no componente curricular *Cânones e Contextos da Literatura Brasileira*, ministrado em uma turma do quarto semestre de Letras Vernáculas, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus II. Partindo do texto, cujo trecho transcrevemos logo acima, retirado do prefácio do livro “A tolice da inteligência brasileira ou como o país se deixou manipular pela elite” de Jessé Souza, abrimos um debate sobre como as riquezas estão mal distribuídas no Brasil e como os grupos dominantes (os ricos, os políticos e os intelectuais), têm se esforçado para manterem-se no poder. Discutimos também: quem costuma compor esse grupo elitizado? Os homens ricos, heterossexuais e brancos. Assim, as mulheres, os homossexuais e os negros compunham, na sua maioria, a parte pobre da sociedade brasileira. Muitas vezes, os grupos sociais sofrem com a dupla ou tripla exclusão, como as mulheres negras e “roceiras” do interior da Bahia, estado nordestino.

Nesse cenário, as mulheres que compunham o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) de Inhambupe, lutam contra várias ideologias excludentes que compõem a nossa sociedade, pois elas são mulheres, negras, pobres, moradoras da zona rural e da região nordeste do país. Somado a tudo isso, elas produzem/reproduzem uma literatura menos valorizada, a poética da oralidade. Nessa perspectiva pensamos a divisão de classes e hierarquização desses grupos como nos esclarece Jessé de Souza (2015).

Como podemos notar no trecho transcrito acima, Souza (2015) começa seu discurso constatando que nós vemos o mundo não apenas com os olhos e que os conceitos/verdades que nos cercam são construções sociais. Afirma, por conseguinte, que essas ideias dominantes também escondem o que não pode ser visto. Então, perguntamos: por que a produção cultural de mulheres da zona rural, de um lugarejo próximo a nós, não é tematizada na sala de aula? Com isso, fomos encadeando outras perguntas: Por que os cantos do MMTR de Inhambupe não estão em salas de aula? A quem interessa esconder esse grupo e suas verdades? Que literatura está nas escolas? Quais ideias, muitas vezes, são compartilhadas e repetidas como verdades pelas literaturas, nas escolas e universidades?

Para Jessé de Souza: “São sempre ideias de intelectuais e especialistas que estão na base de programas de partido político, de planejamento do Estado, do que se ensina em salas de aula, do que se decide em tribunais e daquilo que se publica em jornais” (SOUZA, 2015, p. 12), ou seja, existe um grupo que cria as verdades em favor de uma classe, geralmente a dominante, Jessé Souza chama essas verdades de ideias força. O autor segue dizendo, que temos a impressão de que essas ideias “brotam” espontaneamente, mas que isso não é verdade. Assim, a literatura oral não é inferior à literatura escrita, as mulheres não são menos capazes e competentes que os homens, os negros não são menos inteligentes que os brancos e as mulheres que moram na zona rural são tão ou mais politizadas que as mulheres da cidade, embora muitas vezes essas verdades fiquem escondidas e a estes grupos não lhes é dado o direito de fala.

Michel Foucault questiona: “Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?” (FOUCAULT, 1998, p. 8). O filósofo, no texto *A ordem do discurso*, segue esclarecendo sobre o que ele chama de interdições do discurso. Afirma que mesmo tendo outros mecanismos de exclusão do discurso, existem três grandes sistemas nesse sentido: a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade. No primeiro mecanismo de interdição, Foucault alerta: “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”. (FOUCAULT, 1998, p. 9).

Então, voltemos aos sujeitos que produzem/reproduzem os cantos que, em geral, não são considerados por uma comunidade escolar, e mesmo acadêmica. Quem são as mulheres do MMTR de Inhambupe? Elas podem falar qualquer coisa, em qualquer lugar e a qualquer momento? De onde vem estes sujeitos? Da zona rural, um lugar considerado atrasado em relação a cidade. Quem são estes sujeitos? Mulheres que, historicamente, foram consideradas inferiores em relação aos homens, foram, portanto, desprestigiadas pela ciência, que, excluindo mulheres do seu campo, evidentemente era feita por homens. Aliado a isso, devemos lembrar que são mulheres da zona rural, mais um elemento de inferiorização, como já dissemos. Seguindo as perguntas impulsionadas por Foucault, tentando respondê-las, tendo como suporte a produção cultural-literária de trabalhadoras rurais, ainda diríamos que são mulheres que se expressam artisticamente através de cantos, um texto oral, que também foi colocado em segundo plano, ou mesmo desconsiderado, diante do império da escrita. Sendo assim, como levar essa produção para o contexto da sala de aula, da escola, da universidade, lugar de produção, ou reprodução, do conhecimento, considerado certo, verdadeiro, assim naturalizado?

Dessa forma, seria necessária uma pedagogia que nos instigasse a rever o que incorporamos como certo, nós, professores e estudantes. Estarmos dispostos a desaprender, reaprender, abrir-nos para outras aprendizagens, outras textualidades. Uma pedagogia que nos levasse a desnaturalizar verdades, ver de fato, visualizar as forças de produção, para que, nessa arena, pudéssemos nos posicionar. Seria necessária uma hermenêutica do cotidiano, como nos sugere Odília Dias (2019), para que pudéssemos nos perguntar pela nossa vida, nossos arredores, nosso cotidiano e a relação com o saber que estamos estudando, produzindo. Um saber que faça sentido, um conhecimento para a vida, nossa vida! Assim também nos alerta Paulo Freire (1996) em sua *Pedagogia da autonomia*.

Nesse sentido, partindo de questionamentos como estes, ao falarmos da proposta de discutirmos os cânticos de trabalhadoras rurais em sala de aula e começarmos a ler textos que nos ajudavam a refletir sobre a produção discursiva, sobre discursos naturalizados e outros recaldados, nos colocamos a ler/discutir a primeira parte do livro de Foucault (1998), *A ordem do discurso*. Com a leitura sugerimos uma reflexão sobre o cotidiano, através de

performances, para pensarmos as interdições discursivas, sua nocividade, suas implicações em nossas vivências. Assim, foram criadas pequenas encenações que abordavam as três formas de interdição do discurso, apontadas por Foucault.

O primeiro grupo simulou uma votação para diretor do Departamento de Educação da UNEB, pois no momento estávamos vivendo esse contexto de eleição. Na encenação feita a democracia foi posta em questão, visto que nem todo mundo podia falar, opinar, já que uma mulher pobre, que representava o povo, fora impedida de se expressar.

O segundo grupo encenou uma discussão entre um casal. A aluna que representava o homem (a turma toda era de mulheres, como já dito) falava alto e, usando palavras ofensivas, proibia a mulher de sair. No meio da cena, a discente que representava a mulher na discussão saiu chorando muito da sala de aula e não conseguiu dar continuidade a apresentação. O grupo relatou que no final da encenação a mulher iria ficar louca, então elas falariam da fragilidade entre a sanidade e a loucura. Nesse momento pudemos perceber que a linha entre o real encenado e a encenação do real que vivemos todos os dias foi cortada, tornou-se tênue o bastante para percebermos como aquelas questões faziam parte do nosso cotidiano, como a nossa vida estava naquela discussão, estava sendo interditada da sala de aula e como ela era latente e merecia ser discutida.

Dessa forma, depois dessa apresentação iniciou-se um debate sobre violência contra a mulher e duas alunas declararam ter sofrido uma relação abusiva. Uma delas sofreu isso ainda durante o namoro, a outra, justamente a aluna que saiu chorando, estava terminando uma relação abusiva e deixava transparecer como as amigas e as novas ideias discutidas na faculdade a estavam ajudando a tomar essa decisão, a desnaturalizar verdades, a pensar outras possibilidades, mais saudáveis, de relação amorosa/afetiva. Com isso, vários outros relatos foram surgindo, traduzindo várias outras experiências nesses moldes naturalizados, as consequências disso, ou seja, as dores que observavam nos corpos femininos que logo envelheciam. Ficou ainda mais perceptível o alto índice de violência na cidade e região, pois os relatos, os depoimentos, a fala sobre o cotidiano, antes muitas vezes interditada, pôde ser aflorada, provocada a se expressar, virar assunto a ser discutido.

Nessa linha, o terceiro grupo ainda encenou uma manifestação com cartazes que discutiam o tema: Lula livre ou Lula preso? Novamente fazendo uma referência ao contexto em que se vivia, pois, naquele momento, surgiram no país muitas denúncias contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e todos acompanhavam as notícias que prenunciavam a prisão do político. As alunas explicaram que existiam duas vontades de verdade nesse debate e que uma excluía a outra. Uns queriam ver Lula preso e defendiam suas verdades para sustentar sua vontade, o mesmo acontecia com o outro grupo, nos fazendo pensar nessa contenda de forças, uma maior outra menor, isto é, em uma verdade que impede outras, apagando posições e implicações. Sobre essa interdição discursiva, Foucault foi literalmente retomado:

Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema de livros, da educação, das bibliotecas, como as sociedades de sábios de outrora, os laboratórios de hoje (FOUCAULT, 1998, p. 17).

Nessa perspectiva, foi se compreendendo que o que há são vontades, discursos que são pronunciados, naturalizados, como verdades, através de vários sistemas. Assim, as vontades de verdade são discursos proliferados como verdades absolutas, que se institucionalizam em vários espaços, inclusive nas escolas e universidades. Espaços esses que, como nos disse Paulo Freire (1996), deveriam libertar, acabam por aprisionar, naturalizar uma verdade, um único caminho, muitas vezes nocivo, excludente.

Desse modo, muitas vezes, por meio dos livros didáticos,⁵ do trabalho realizado com a literatura canonizada, e mesmo com aquela que porventura

⁵ A repercussão do trabalho desenvolvido nesse curso, junto a turma, acabou mostrando como a vida, as discussões e produções locais ficam ausentes, muitas vezes, de salas de aulas, de livros didáticos. O próprio desconhecimento do MMTR, um Movimento atuante localmente e regionalmente, por parte das estudantes, é um exemplo desse apagamento. Para mais pistas sobre o assunto sugerimos a leitura dos seguintes textos, que já constam na referência final: SOUZA, Taíse Campos dos Santos Pinheiro de; MOREIRA, Jailma dos Santos Pedreira. Escritoras subalternas negras: por que incluí-las nas aulas? *Revista Fórum Identidades*. Itabaiana: Gepiadde, vol 19, set/dez, 2015. MOREIRA, Jailma dos Santos Pedreira. Feminismos locais na sala de aula. In: SANTOS, C.; GARCIA, P. e SEIDEL, R. (Org.) *Crítica cultural e educação básica: Diagnósticos, proposições e novos agenciamentos*. São Paulo: Cultura acadêmica, 2011.

ainda não seja amplamente reconhecida, pode-se estar interditando um debate emergencial sobre a vida que as pessoas estão vivendo, sobre o que tem amortecido esta vida todos os dias, sobre os problemas vividos pelos estudantes cotidianamente. Outras questões, outros textos, outras vozes precisam vir junto com a literatura a ser discutida na sala de aula, pois não se pode desconsiderar a vida de quem a lê, ainda mais em contexto de formação, a vida trazida ou não no texto, as vidas interditas. Assim, seria necessário não perder de vista uma perspectiva cultural na sala de aula, uma leitura cultural, como nos sugere o pesquisador Carlos Gomes (2011), referindo-se inclusive sobre a significância deste trabalho, levando em conta a textualidade feminina, as violências que a marcam e os antídotos que mobiliza.

Sabemos da importância da mediação do professor nesse processo, da postura do pedagogo da escola, podendo interferir na injeção das vontades de verdade, criando barreiras para a leitura e debate de novos textos, outros olhares sobre o mesmo texto, pois alguns pedagogos no seu trabalho de orientação pedagógica interferem na seleção dos textos trabalhados em sala de aula, em alguns casos limitam até o tema que pode ser discutido em sala. Assim, uma pedagogia tradicionalista quase não tem inserido reflexões sobre as relações de gênero e suas interconexões com classe, raça, regionalidade etc. no espaço escolar. Uma escola, repetindo a lógica naturalizada do capitalismo, tem excluído, muitas vezes, da sala de aula, a reflexão sobre a existência, como nos sugere a pesquisadora Fátima Cruz (2012).

Durante as encenações aqui descritas, percebemos que as questões de gênero afetam diretamente nossas alunas, importa ressaltar que eram todas do sexo feminino. E certamente isso ocorre com nossos alunos e alunas em todo e qualquer ambiente de aprendizagem e não podemos desprezar a necessidade que nossos discentes têm de falar disso. É importante dizer também que, durante todas as aulas percebemos que falar de literatura é falar da vida, ao discutir os teóricos e posteriormente os cânticos, as alunas sempre falaram de si e sentiram-se felizes e satisfeitas por poderem fazer isso. Uma das estudantes, aqui nomeada de estudante número 1, declarou: “Não posso deixar de falar como o componente nos tocou, abraçou, conversou com cada uma de

nós de alguma forma. De modo que podemos perceber que questões que pareciam tão externas são muito internas também”⁶.

Como notamos, a linha que separava o externo do interno estava sendo quebrada, pois se percebia que o externo partia de um interno, isto é, um discurso que se tonou verdade, partia de uma vontade, de uma enunciação, de um sujeito ou comunidade discursiva. Ou seja, havia vida ali, ainda que interdita. Por isso se percebeu a importância de, com a literatura, se refletir sobre o cotidiano, sobre a vida de quem escreveu/produziu o texto, leu, fora representado na poética, importância de se fazer aflorar as perspectivas, ampliar as perspectivas, importância de se falar, refletir sobre o que se fala, quem fala, em que circunstâncias fala, as falas interditas, para se conceber sujeito da história, com direito a expressão, a reconstrução de si e do mundo. Assim, se no texto, transcrito abaixo, fragmento de um dos cânticos das mulheres trabalhadoras rurais discutidos em sala, as mulheres reivindicam direitos não garantidos ao sujeito feminino da zona rural, queremos acrescentar, com tudo isso, o direito a expressão, conquistado, em alguma medida, através do canto produzido.

Para lavar roupa sou mulher? Sou mulher. Pra lavar prato?
Sou mulher.
Pra cozinhar? Eu sou... Pra ter dinheiro? Por que eu não
sou mulher?
Pra ter filhos? Eu sou mulher. Trabalhar na roça? Eu sou
mulher!
Fazer comida? Eu sou... Pra ter direitos? Por que não sou
mulher?
Cuidar do marido? Eu sou mulher. Pra remendar? Eu sou
mulher
Pra produzir? Eu sou... Pra ser candidata? Por que eu não
sou mulher?⁷ (MMTR, 2003).

⁶ Nesse texto traremos várias falas de algumas discentes do curso de Letras vernáculas da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus II, discentes que fizeram parte da turma na qual trabalhamos os cantos de mulheres trabalhadoras rurais do MMTR. Por questão de ética, suas identidades serão preservadas. Assim, serão nomeadas de estudantes 1, 2, seguindo essa sequência numérica, conforme a ordem em que seus discursos são transcritos neste artigo.

⁷ Os cantos do MMTR, como já dito, transcritos nesse texto, podem ser encontrados, em sua íntegra, no Caderno de cantos do Movimento, que consta na referência final. Tais cânticos são produzidos pelo MMTR de Inhambupe-BA e distribuídos gratuitamente nos momentos em que estas mulheres se apresentam, seja em congressos, nas missas ou na comemoração do dia da mulher (08 de março).

Se, como nos sugere Derrida (2014), a importância do trabalho com a literatura está justamente em se explorar esta relação entre linguagem e vida, é nessa linha que podemos refletir sobre o sentido, a representação, a identidade e a agência, que Culler (1999) nos alertou como questões chaves nesse trabalho crítico cultural da literatura. Somente assim se pode desnaturalizar verdades, e olhar, por exemplo, para uma naturalização canônica de outra perspectiva.

Para além do cânone: a poética oral das trabalhadoras rurais perfurando exclusões

Nesse clima de aprendizagem, afetividade e de vida, depois de discutirmos sobre as diferenças sociais, os discursos e as relações de poder, iniciamos um debate sobre o significado do termo “cânone”. O primeiro teórico lido nessa linha foi Roberto Reis, com o texto *Cânon*, o qual, neste, elucida que:

O termo (do grego “Kanon”, espécie de vara de medir) entrou para as línguas românicas com o sentido de “norma” ou “lei”. Durante os primórdios da cristandade, teólogos o utilizaram para selecionar aqueles autores e textos que mereciam ser preservados e, em consequência, banir da bíblia os que não se prestava para disseminar as “verdades” que deveriam ser incorporadas ao livro sagrado e pregadas aos seguidores da fé cristã (REIS, 1992, p. 4).

Sendo assim, o termo cânone desde o início foi utilizado para selecionar e excluir. Referindo-se ao texto literário, temos uma lista de autores e obras que compõem a história da literatura, estes autores foram considerados bons escritores e representantes da literatura em períodos distintos. E essa historiografia literária tornou-se norma, como uma lei a ser seguida. As escolas, em geral, tendem a trabalhar com estes autores autorizados e legitimados pelo cânone, excluindo, assim, outras obras literárias.

Zahidé Muzart (1995) ao pesquisar sobre as escritoras do século XIX descobre e revela que as mulheres nesse período escreveram muito, mas que a historiografia literária não incluiu quase nenhuma dessas mulheres no cânone literário. Então ela reflete: “O porquê da canonização é complexo e ligado a muitos fatores, inclusive um que eu chamo de *mesmice*, o da facilidade:

prosseguir os estudos das mesmas autoras já consagradas, já canonizadas. Não se arriscar por *mares nunca dantes navegados...*” (MUZART, 1995, p. 86)

Partindo do pensamento de Muzart, podíamos nos perguntar: por que os cantos do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) de Inhambupe não estão em sala de aula? Talvez a mesmice seja uma das justificativas possíveis. Trabalhar com essa literatura exigiria mais pesquisa, uma reflexão nova, pois talvez nenhum teórico ou crítico literário consagrado já teria falado sobre a mesma. Assim, seria mais “fácil” levar para sala de aula as literaturas canonizadas, já lidas e discutidas, também exigidas pela grade curricular. Todavia, nem sempre a mesmice justificaria a exclusão dessa literatura do ambiente escolar ou acadêmico, visto que, quando os professores resolvem inovar, pesquisando e trabalhando com literaturas não canonizadas, os artistas escolhidos dificilmente são mulheres, sobretudo pobres e moradoras da zona rural.

As pesquisadoras Taíse Souza e Jailma Moreira (2015), em texto denominado *Escritoras subalternas negras: por que incluí-las nas aulas?*, relatam como uma literatura produzida por sujeitos femininos negros revelou um potencial linguístico, cultural e uma vida política-ativa de mulheres que produzem estes textos. Entretanto, revelam também, através de pesquisa feita em universidade e escolas públicas, como ainda há um desconhecimento amplo da produção feita por estas mulheres, desconhecimento por parte de professores e estudantes. Assim, se elas perguntam: por que incluir escritoras negras subalternas em sala de aula?, nós perguntamos: o que perdemos quando deixamos de fora da sala de aula textos de mulheres subalternizadas com um potencial político subjetivo, como os cantos do MMTR de Inhambupe?

Para Muzart (1995), “O estudo do cânone está ligado, pois, a várias coisas, principalmente à dominante da época: dominantes ideológicos, estilo de época, gênero dominante, geografia, sexo, raça, classe social e outros”. (1995, p. 86). Ainda nos afirma também que grande parte dos textos literários femininos aceitos pela crítica literária do século XIX eram do gênero poético e tinham uma linguagem melancólica, romântica. Todavia, Zahidé Muzart acrescenta que as mulheres que ousaram não inovar e submeteram-se ao cânone masculino, imitando-o, também não foram reconhecidas. Se pensarmos que os cantos do MMTR de Inhambupe se constituem como poesia, eles poderiam até

ser aceitos, mas sua poesia é oral e sua linguagem não é nada melancólica. Sem contar que as mulheres que integram o Movimento não são brancas, nem ricas, a maioria não frequentou nem frequenta o meio acadêmico, os congressos que falam de literatura, melhor dizendo, a maioria não frequentou as escolas.

Roberto Reis (1992), ainda sobre o cânone, nos diz que:

Não resta dúvidas de que existe um processo de escolha e exclusão operando na canonização de escritores e obras. O cânone está a serviço dos mais poderosos, estabelecendo hierarquias rígidas no todo social e funcionando como uma ferramenta de dominação. Para desconstruir esse processo, sem dúvida ideológico, faz-se necessário problematizar a sua história (REIS, 1992, p. 5).

Dizendo de outra forma, para mexer nas estruturas do cânone é fundamental questionar a sua história, não aceitar como melhor e única literatura aquela que já foi canonizada, é importante pesquisar e refletir sobre outras literaturas. Foi nessa linha, portanto, que o trabalho na sala de aula foi transcorrendo: refletindo sobre o cânone, sua história, ao tempo que trazíamos para a cena os cânticos das trabalhadoras rurais, as vidas dessas mulheres, de modo que nos perguntássemos por que elas não estavam no cânone, nos livros de historiografia literária, nem mesmo os referentes a literatura oral popular, outra categoria também desprezada por uma historiografia oficial canônica ou considerada mais relevante.

Foi nesse sentido que, encaminhando essa discussão na sala, essa revisão do cânone, através da perspectiva cultural feminista, lemos o texto *A história da literatura tem gênero?*, no qual, sua autora, Rita Schmidt ratifica:

No campo das letras, as histórias da literatura foram territorializadas pelo sujeito masculino com a institucionalização e valorização da função autoral – a paternidade do texto – que sustentou a autoridade literária a partir do século XVII, autoridade essa que exerceu um poder regulador na produção, recepção e legitimação de obras literárias (SCHMIDT, 2017, p. 9).

Assim, para Schmidt a história da literatura tem gênero sim, o gênero é masculino. O cânone é regulado segundo valores presentes nas obras de

autoria masculina, estes dominam a produção e a recepção do texto literário. Partindo desse pensamento, podemos ratificar que a exclusão dos cantos do MMTR de Inhambupe das salas de aula, o desconhecimento deste material de estudo, como afirmaram as estudantes em sala, deve-se também às questões de gênero.

Importante ressaltar que se a literatura oral e popular, como sinalizamos, também foi desprestigiada por uma literatura considerada grande e canônica, também no espaço da produção poética popular, as poéticas orais femininas não foram consideradas. Dessa forma, produções como as das mulheres trabalhadoras rurais foram excluídas tanto no campo da literatura consagrada, considerada maior, como na esfera da literatura popular. Estudiosas como Alvanita Santos (2005) alertam para isso, assim como denunciam as marcas da produção de autoria feminina nesse campo.

Desse modo, com estas pesquisadoras, revendo uma historiografia literária, estudando fragmentos da produção de autoria feminina no campo das poéticas orais, pudemos mudar uma história e afirmar que as mulheres produzem sim, elas fazem cordel, repente, cantos, literaturas outras. Por conseguinte, também constatamos, indo de encontro a um saber naturalizado que de alguma forma incorporamos: elas pensam muito e escrevem/produzem bons textos e a exclusão destes do cânone, das salas de aula, das rodas de conversas, de muitos encontros literários, se deve muito mais a uma determinada perspectiva, a fatores ideológicos e de relações de poder, do que às características linguísticas desses textos, despidas de um elemento social-cultural.

Sendo assim, a questão da exclusão dos cantos das salas de aula, seu desconhecimento, sua não tematização nesse espaço, deve estar associada a vários fatores. Refletimos aqui sobre as questões de gênero, raça, classe social, a localização geográfica e o gênero literário como fatores que contribuíram para a não aceitação dos cantos em espaços pedagógicos ou o trato com indiferença para com estes em muitos ambientes. Refletimos sobre a importante produção de mulheres, em geral, desconsiderada, excluída por diversos fatores aqui já assinalados.

Por conta disso, a pesquisadora Jailma Moreira (2016), coautora desse artigo, em seu livro *Sob a luz de Lampião: Maria Bonita e o movimento da*

subjetividade de mulheres sertanejas, vai nos provocar uma reflexão, em tópico que discute gênero, negociação política e espaço discursivo, sobre o lugar de mulheres consideradas iletradas no campo das letras. Para tanto, insere nesse campo a prática discursiva de uma mulher que não escreveu, Maria Bonita. Para isso a autora partiu da leitura e análise da peça de Rachel de Queiroz, intitulada *Lampião*, buscando relacioná-la com a história de vida de Maria Bonita e de outras mulheres sertanejas, muitas sobreviventes do cangaço. No seu texto, Moreira questiona:

Como tem se configurado nossas narrativas sobre mulheres sertanejas? Como as instituições sociais e culturais (a escola, a política, a história, a literatura) têm se responsabilizado pela vida dessas mulheres? Que tipo de intervenção tem sido feita ao lado e com elas nesse seu lento movimento de vida e sociabilidade? Existem entre os sabres instituídos, sobretudo no campo das ciências humanas, alguma espécie de empenho transversal no sentido de partilhar impasses teóricos, estratégias metodológicas de pesquisa, com vistas a lidar melhor com esse “estranho” objeto nacional chamado mulher sertaneja? (MOREIRA, 2016, p. 175).

Partindo destas provocações, continuamos indagando: Como são vistas as narrativas de vida das mulheres que compõem o MMTR de Inhambupe? Porque o Movimento encontra dificuldade para entrar nas instituições escolares, nas universidades, na câmara de vereadores, nos sindicatos? Diante da história do MMTR, traduzida em seus cânticos, podemos perceber claramente que a mulher, sobretudo a pobre, da zona rural, ainda sofre com o desrespeito e a invisibilidade.

Assim, continuamos revisando uma história de exclusão para o feminino, também no campo das letras, perguntando-nos, com os debates e leituras, pela responsabilidade de instituições culturais e sociais, como a escola, a história, a literatura, a universidade etc. pela vida de mulheres trabalhadoras rurais, sua produção literária-cultural, a representação que se disseminou, feito verdade naturalizada, delas. Esse era também o nosso empenho transversal no campo, de modo que pudéssemos rever aquela história tão distante, tão fixada, vista como natural, improvável de ser outra. Talvez seja

por isso que ouvimos de uma das estudantes o relato de que estava se surpreendendo com aquele trabalho em sala de aula, visto que achava que uma discussão sobre cânone seria muito chata, mas, surpreendentemente, estava gostando.

Estava, portanto, sendo levada a rever uma história literária, de um cânone, até mesmo da literatura popular, e, com isso, uma história da mulher, a mulher configurada somente como reprodutora, ou produtora de algo que é menosprezado, representada, enfim, somente como sem poder de intervenção, de produção de fato, de participação, logo, neste sentido, não representada.

Desconstruímos o cânone, estudamos, sob outra perspectiva, uma morfologia das poéticas populares, através da produção de mulheres trabalhadoras rurais, que nos ensinavam, o tempo todo, com sua textualidade, que era preciso desnaturalizar, revisar histórias, logo, participar, para que se fizesse mudar um roteiro, um ensino. Assim cantam, como transcrevemos em trecho abaixo, estudado em sala de aula:

Pra mudar a sociedade
Do jeito que a gente quer,
Participando, sem medo
De ser mulher.
(MMTR, 2003)

Tão perto e tão longe: literatura e criticidade na sala de aula, movendo o olhar

Perceber-nos participando da cena, como personagem e, principalmente como autor desta, talvez seja o grande saldo da reflexão crítica cultural literária que fizemos em sala, repensando o sentido, a subjetividade, a representação e, acima de tudo, a agência, como nos alerta Culler (1999), através do uso da linguagem, do estudo dos cânticos de trabalhadoras rurais do MMTR da Bahia.

Se perceber autor de sua narrativa, participante, logo, capaz de reivindicar seus direitos, são lições que vamos recolhendo dos cânticos, alguns transcritos, em partes, aqui. São lições que não esquecemos, quando nos colocamos a retomar essa experiência em sala de aula. Uma aula que começou com as mulheres, em movimento social, tecendo uma rede de conversa.

A aula iniciava no dia 8 de março, data em que estava ocorrendo, na cidade, uma marcha organizada por mulheres de diversos coletivos, instituições etc., aglutinando mulheres de toda a região ou território ao qual pertence Alagoinhas, cidade onde o campus II da UNEB se situa, local onde desenvolvemos essa experiência, junto a estudantes de Letras. Então, era 8 de março, pela manhã havia ocorrido essa marcha histórica na cidade, pelo volume de participantes, e a tarde ocorria o início do semestre e de nossa aula, que começava com o tema: Por que marcham essas mulheres?

O pronome essas se desfez para o nós, aproximando todas em uma roda de conversa, em reflexão crítica sobre o cotidiano de mulheres da cidade, do território e daquele espaço acadêmico, disciplinar, nos levando a perceber como o externo era interno, (como disse a estudante número 1 já aqui citada), como certas verdades precisam ser desconstruídas, como o senso crítico precisa ser aguçado, como as subjetividades precisam ser tematizadas, como a literatura pode ser uma força vital nesse processo de reficionalização de si, como nos provocou nesse sentido Derrida (2014), após se ouvir a outra, depois de contar e recontar a si. Foi nesse movimento, em uma discussão que se tematizava as reivindicações femininas e principalmente a violência assustadora que incidia sobre a mulher, que ouvimos, pela primeira vez, nossas alunas falando de relacionamentos abusivos que tiveram, das violências diversas que sofreram, de como já tinham, apesar de tão jovens, atentado, nesse contexto submerso, contra a própria vida. Foi nesse contexto, que emergia, que cada vez mais éramos levadas a repensar nossos passos, nossas marchas, como mulheres, como pesquisadoras, como professoras, trabalhando com a literatura, a produção cultural de tantas mulheres.

Foi também nesse contexto, crítico-cultural-feminista, que, em uma das aulas, apresentamos a marcha das mulheres trabalhadoras rurais, sua história de luta. A aula em determinado momento foi silenciosa, pois diante dos slides, recompondo marcas dessa história entremeada com os cânticos dessas mulheres, trazendo suas performances, a turma parecia não acreditar que existiam aqueles sujeitos femininos, que aquelas mulheres eram trabalhadoras rurais e, ainda por cima, daquela região. Mulheres que não tinham documentos, que viviam uma vida precária, mas que cantavam poeticamente/politicamente uma outra vida. Os olhos das estudantes brilhavam, estavam todas atentas,

diante, pareciam, de um filme/um cântico tão próximo e tão distante. Nessa aula, lembramos o que a estudante número 2 expressou:

Ter contato com produções realizadas tão perto, mas ao mesmo tempo tão distanciadas, nos permitiu perceber o quanto a linguagem é carregada de poder, de história, de ideologia e por isso também segregada, valorizando a linguagem escrita. Contudo, ainda há possibilidade de mobilizar essas estruturas de dominação, prova disso são as discussões e questionamentos sobre a constituição de um cânone, os estudos de produções antes não divulgadas.

Tal fala e muitas expressões da turma, algumas aqui resenhadas, nos remetem ao que Moreira (2011) nos convida a pensar, considerando o ativismo do MMTR, inclusive em Alagoinhas, sobre como os feminismos locais têm ficado de fora das salas de aula. Ou seja, quando se fala em mulher, se retoma o 8 de março, no ambiente escolar, mas, muitas vezes, as guerreiras lembradas estão sempre distanciadas do nosso cotidiano, assim, as escritoras, as lutadoras que se deveria conhecer e homenagear, geralmente são as do livro “global-universal”, quando estão no livro, ou as que ficaram no passado, raramente mulheres locais, da roça/do campo, como as trabalhadoras rurais, prova disso é o desconhecimento que muito ainda se tem sobre o MMTR.

Nessa expressão da estudante, citada acima, também percebemos que a turma desenvolveu, por meio das discussões do componente curricular, que envolveu estudos teóricos, leituras do texto-vida, da poética oral do MMTR de Inhambupe, a capacidade crítica, se apropriando um pouco mais de uma engrenagem discursiva importantíssima para os estudantes de letras, pois trata da linguagem, da literatura, da língua falada/língua escrita e do cânone. Para quem ainda retinha a repetição de uma imagem despolitizada dessa mulher, teimando no imaginário, esta foi posta em xeque, quando, em uma outra aula, convidamos a líder do movimento para fazer uma palestra, já que não foi possível levar uma parte do grupo. Ou seja, a convidamos para falar sobre a trajetória pessoal dela e a luta que engendra com as mulheres, assim como do processo de produção dos cânticos.

Sobre os cânticos, quando os apresentamos, mais uma vez a descolonização do olhar foi perceptível, pois observamos como este se movia,

e, junto com ele, o senso crítico, uma outra concepção de pessoas ao seu redor, pessoas que eram invisibilizadas, outra concepção sobre si, seu papel no mundo, retroalimentando, com isso, as forças da literatura. Um dos cânticos apresentados, em forma de leitura e cantado pelas próprias mulheres, por meio de um vídeo, está transcrito abaixo:

A lei do machismo, vem mulher revirar
Se não fazes a tua parte esta lei vai dominar (2X)
Mulher frágil era um ditado, para menos te tornar
Mas quem viu revolução sem mulher funcionar
Mulher não deixa esta canga no teu corpo a machucar
Vem enfeitar o teu pescoço, prende nele um colar
(MMTR, 2003).

Nesse momento, a criticidade, junto com a movência do olhar, se dava pela via da sensibilidade, através de um texto que, por ser literário e popular e ainda feminino, poderia ser considerado lúdico, inocente, sem poder de intervenção. Entretanto, o que vimos foi um texto que, como transcrito acima, convida-nos a revirar uma lei machista, patriarcal, a rever os ditados ou produções discursivas, certos conhecimentos que apagam outras textualidades, o nosso texto-vida, enfraquecendo-nos, excluindo-nos da cena, da possibilidade de narrar, de reescrever.

Assim, diante daquela lição, daquela aula inesperada, os olhos das meninas, como dissemos, brilhavam, pareciam emocionadas, e quando perguntadas sobre o que acharam daquela produção literária, a estudante número 3 simplesmente respondeu: “lindo”, a número 4 disse: “esse canto mudou totalmente a visão que eu tinha de mulher do campo, passei a perceber como elas são politizadas e inteligentes”. Outra discente, configurada aqui pelo número 5, ainda declarou:

Quando Sandra trouxe informações sobre o MMTR, causou uma surpresa na maior parte da turma que até então enxergava as mulheres como não politizadas. Então, a partir dos cantos, vimos o quanto as mulheres mudaram com o passar dos anos e quanto são racionais e politizadas. Foi uma experiência extraordinária, conhecer o MMTR, um Movimento existente tão perto e infelizmente ainda não conhecido pela maioria das pessoas.

Lembramos que, quando iniciamos o trabalho com a poética oral das mulheres trabalhadoras rurais aqui citadas, uma pergunta que fizemos foi a seguinte: Que imagem aparece para vocês, em mente, quando falamos em mulher trabalhadora rural? E, para esta, obtivemos respostas como: “Pensei em uma mulher com o lenço na cabeça e a enxada na mão preparando a terra”; “Pensei em uma mulher preparando a comida no fogão à lenha”. Nenhuma educanda pensou em uma mulher lendo, escrevendo, participando de passeatas, dos sindicatos, da política, inclusive partidária ou coisas do tipo.

Dessa maneira, depoimentos como estes já nos mostrava como foi importante o trabalho, em uma perspectiva literária-cultural-feminista, com os cânticos de mulheres trabalhadoras rurais, pois aquela turma de universitárias e futuras professoras de língua portuguesa e literatura ampliou sua visão no que se refere a estas mulheres, e à literatura oral, ao cânone. Elas podem disseminar outro discurso, não hegemônico, como provoca Miranda (1998) ao ressaltar a junção entre literatura e estudos culturais, outras produções literárias-culturais, portanto. Além disso, uma ressalva faz-se necessária quanto ao uso do termo “experiência extraordinária”, pois esse adjetivo atribuído à experiência, ao contato com o texto/vida dessas mulheres sertanejas, os seus cânticos, nos revela que o trabalho com a literatura pode ser prazeroso, as vezes doloroso, mas acima de tudo afetivo, visto que pode aproximar as pessoas e contribuir para desenvolver o seu pensamento crítico, seu cuidado consigo e com o outro.

Outros depoimentos ouvimos das estudantes também nesse sentido, ressaltando a junção de “valorização/autoestima e competência crítica”, como algo que “não teria preço”. Realmente, neste trabalho crítico cultural, o preço, tão comum em uma relação mercadológica, não se encaixa aqui, visto que, como nos alerta Paulo Freire (1996), a educação não pode ser bancária, pois trabalhamos com pessoas, logo, os laços de afetividade são inevitáveis e podem aproximar ou afastar os educandos, além de interferir na aprendizagem. Também ficamos, ao fim da experiência, bastante gratificadas, por termos navegado em outros mares, como nos provocou Muzart (1995), compartilhando textos/vidas, construindo outros conceitos para os sujeitos feminino e

masculino, outras perspectivas para a literatura e para o trabalho com esta em sala de aula.

Um trabalho, como revelamos, crítico, inserindo outros discursos, outras literaturas, outras vozes, como pontua Evaristo (2019), Barrios (1995) e Kilomba (2019), contribuindo para a construção de outras subjetividades, permitindo que as discentes também participassem da construção do conhecimento, a medida em que, desnaturalizando verdades e interdições, puderam falar de si, das questões de gênero que lhes afetam, vivenciando a literatura, percebendo a relação entre esta e suas vidas.

Referências

BARRIOS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. *Revista estudos feministas*. Florianópolis, UFSC, V. 3, N. 2, p. 458 – 465, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462>. Acesso em: 15 abr. 2020.

CRUZ, Maria de Fátima Berenice da. *Leitura literária na escola: desafios e perspectivas em um leitor*. Salvador: EDUNEB, 2012.

CULLER, Jonathan. Literatura e Estudos Culturais. In: CULLER, Jonathan. *Teoria literária: uma introdução*. Tradução de Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca, 1999, p. 48 – 58.

DERRIDA, Jacques. *Essa estranha instituição chamada literatura: uma entrevista com Jacques Derrida*. Tradução de Marileide Dias Esqueda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DIAS, Maria Odília L. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p.357-369.

EVARISTO, Conceição. Vozes-mulheres. *Literafro: o portal da literatura afro-brasileira*. Belo Horizonte, Faculdade de Letras – UFMG, p. 10 – 11, 2019. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autoras/24-textos-das-autoras/923-conceicao-evaristo-vozes-mulheres>. Acesso em: 30 de mar. 2020.

GOMES. Carlos Magno. O lugar do leitor cultural. *Revista Pontos de Interrogação: a invasão da cultura nos estudos de língua e de literatura*. Pontos de Interrogação: Revista de Crítica Cultural. Alagoinhas, Uneb, v. 1, n. 1, p. 8 – 23, 2011. Disponível em:

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/pontosdeint/article/view/5919>.
Acesso em: 25 fev. 2020.

PERRONE – MOISES, Leyla. Que fim levou a crítica literária? *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/8/25/mais/14.html>. Acesso em: 05 abr. 2020.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. Em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1985.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Terra e Paz, 1996.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogá, 2019.

MIRANDA, Wander. Projeções de um debate. *Revista brasileira de literatura comparada*. Niterói, Abralic, V. 4, n. 4, p. 11 – 17, 1998. Disponível em: <http://revista.abralic.org.br/index.php/revista/article/view/53/54>. Acesso em: 03 abr. 2020.

MOREIRA, Jailma dos Santos Pedreira. Feminismos locais na sala de aula. In: SANTOS, C.; GARCIA, P. e SEIDEL, R. (Org.) *Crítica cultural e educação básica: Diagnósticos, proposições e novos agenciamentos*. São Paulo: Cultura acadêmica, 2011, p.152-172.

MOREIRA, Jailma dos Santos Pedreira. Sob a luz de Lampião: Maria Bonita e o Movimento da subjetividade de mulheres sertanejas. Salvador: EDUNEB, 2016.

MOVIMENTO DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS (MMTR) – Sem medo de ser feliz: *Livreto de canto do Movimento*. Inhambupe-BA, MMTR, 2003.

MUZART, Zhaiddé Lupinacci. *A questão do cânone*. Anuário de Literatura. Florianópolis, UFSC, v. 3, n. 3, p. 85 – 94, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view/5277/4657>. Acesso em: 18 fev. 2020.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 371-387.

REIS, Roberto. *Cânon. Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992. Disponível em: <http://paginas.terra.com.br/artedubioergosum/arquivo78.htm>. Acesso em: jul. 2018.

SANTIAGO, Silviano. Democratização no Brasil 1979 – 1981 (Cultura versus artes). IN: *A viagem de Levi-strauss aos tópicos*. Brasília: Instituto Rio Branco, Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.

SCHMIDT, Rita Terezinha. *A história da literatura tem gênero?* Notas do tempo (in)acabado de um projeto. Porto Alegre: UFRGS, 2017. Disponível em: ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Web/x-sihl/media/mesa-7. Acesso em: ago. 2018.

SANTOS, Alvanita Almeida. *O canto das mulheres – entre bailar e trabalhar: relações de gênero em narrativas orais*, 2005, 219 f. Tese (Doutorado em Letra e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SOUZA, Jessé. A tolice da inteligência brasileira ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: Le Ya, 2015.

SOUZA, Taíse Campos dos Santos Pinheiro de; MOREIRA, Jailma dos Santos Pedreira. Escritoras subalternas negras: por que incluí-las nas aulas? *Revista Fórum Identidades*. Itabaiana, Gepiadde, v.19, p. 13 – 32, set/dez, 2015. Disponível em: [file:///D:/Meus%20arquivos/Users/Sandra%20Cruz/Downloads/4800-Texto%20do%20artigo-13692-1-10-20160322%20\(1\).pdf](file:///D:/Meus%20arquivos/Users/Sandra%20Cruz/Downloads/4800-Texto%20do%20artigo-13692-1-10-20160322%20(1).pdf). Acesso em: 05 fev. 2020.

Recebido em 29 de abril de 2020.

Aceito em 20 de junho de 2020.